



# **O TEMPLO COMO SÍMBOLO DE PODER: PERCEPÇÕES SOBRE O SEGUNDO TEMPLO E RELAÇÕES COM O PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO**

*The temple as a symbol of power: perceptions of the second temple and relations with the Brazilian political process*

Mateus Guedes\*

DOI: 10.29327/256659.14.1-5

## **RESUMO:**

O presente artigo se propõe a partir de um método qualitativo, observar e descrever como o segundo templo é construído sob aspectos sociais e religiosos que lhe permitem ser observado não somente como um símbolo religioso, mas também como símbolo de poder, concedendo aqueles que possuíam ligação com ele, posições aristocráticas. A partir dessa percepção entendemos uma relação desse símbolo com os aspectos da política brasileira atual, procurando observar como a figura do templo, por si mesma, faz com que ele esteja intrinsecamente ligado aos processos políticos brasileiros.

Palavras-Chaves: Segundo Templo; Política; Poder; Igreja.

---

\* Mestre em Tradições e Escrituras Sagradas pela Faculdades EST. E-mail: [mateussguedes@outlook.com](mailto:mateussguedes@outlook.com)

## INTRODUÇÃO

Um dos símbolos religiosos mais perceptíveis e que são um ponto de conexão entre múltiplas religiões, é a figura do templo. O templo (prédio), possui um significado expressivo para todos os que o visitam ou o frequentam, o entendendo como um ponto de conexão com o divino, um ponto de ajuda espiritual e até mesmo física e como o lugar sagrado.

Essas visões sobre o templo é uma perspectiva real e presente dentro do cristianismo. A imagem do templo é importante para os cristãos em todas suas vertentes. Não é incomum ao participar de um culto cristão escutar: “sejam bem-vindos a casa de Deus”; ou se você faz ou fez parte de um contexto cristão já ter escutado: “na casa do Senhor é preciso reverência”. Assim, a imagem do templo é tida no cristianismo como um aspecto de extrema importância e sacralidade.

Gerd Theissen, observa a religião como um “sistema cultural de sinais” (Theissen, 2009, p. 13). Partindo dessa concepção, é possível entender o templo como parte desse conjunto de sinais, ou de forma mais específica, como um símbolo. Dentro do aspecto religioso, Theissen define símbolo como parte de uma percepção simbólica do mundo, a qual, por meio de elementos reais, adquirem um caráter de referência a outras coisas, podendo ter dimensões muito profundas (Theissen, 2009, p. 28).

É a partir desse aspecto que queremos analisar o templo. Contudo, partimos de um pressuposto que os símbolos são ressignificados ou reinterpretados devidos as condições sociais as quais ele está inserido. De tal modo percebemos uma criação do templo como símbolo da presença de Deus e prosperidade de Israel no Antigo Testamento, sendo transformado a um símbolo de poder e autoridade a partir do Império Persa (o denominado segundo templo), chegando até o momento da crítica de Jesus ao templo como símbolo de poder.

Max Weber observa que a definição de poder é sociologicamente amorfa (Weber, 2000, p. 33), possibilitando considerá-lo em diversas circunstâncias. A partir disso, observaremos poder como “a capacidade de controlar indivíduos, eventos ou recursos sejam eles reais ou simbólicos” (Pereira, 2009, p. 81). Assim, o artigo pretende observar como aqueles que estão ligados ao templo podem exercer influência e autoridade pelo simples fato de estarem ligados ao templo.

Partimos da hipótese que tais aspectos podem ser encontrados na análise do simbolismo e aspectos sociais no período do segundo templo. Além disso, observando o templo no tempo presente, pressupomos que um significado a mais permeou a simbologia do templo, tornando-o não somente um projeto de poder e autoridade, mas uma fonte eleitoral para aqueles que querem exercer tais papéis de dominação na política brasileira.

Dessa forma, pretendemos analisar o segundo templo, observando os aspectos que foram cruciais para a ressignificação de sua imagem como uma imagem de poder. A partir dessa análise, procuramos analisar as implicações dessa simbologia do templo, para a “participação” da imagem do templo no processo eleitoral no contexto brasileiro.

## **HISTÓRIA E SIGNIFICADO DO SEGUNDO TEMPLO**

Para observar o templo e sua simbologia como ordem de poder e para compreendermos a figura do templo atualmente, limitaremos a análise desse templo ao judaísmo e de maneira mais específica as narrativas *dos evangelhos sinóticos* nas quais Jesus está dentro de uma controvérsia envolvendo o templo. Diante disso, nos propomos a uma análise restrita do segundo templo, tendo como foco seu desenvolvimento intertestamentário.

Johann Maier chama a atenção para a existência de reais motivos para uma diferenciação entre uma distinção de Israel antes e depois do exílio (Maier, 2005, p. 39). A partir da observação e leitura sobre a passagem de Israel pelo exílio babilônico e até seu retorno pós-exílio sob o império persa, é possível perceber, de fato, importantes mudanças que envolvem Israel em vários aspectos, mas, entre eles, é possível destacar o templo.

A importância do templo no contexto de Israel é percebida desde o seu início. Steins demonstra que desde a construção do templo preparada por Davi até Salomão estabelecendo a ordem do culto e a inclusão de toda Israel na responsabilidade pela construção do templo, tem por objetivo compreender o templo como continuação do “santuário original” instituído por Deus e ser o meio de mediação das misericórdias de Deus para o povo (Steins, 2003, p. 221).

Um segundo relato sobre o templo, encontra-se no livro de Crônicas na fala de Deus após a construção dele:

Ouvi sua oração e escolhi para mim este lugar para casa do sacrifício. Se eu fechar o céu de modo que não haja chuva, ou se ordenar aos gafanhotos que consumam a

terra, ou se enviar a peste entre o meu povo, se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, orar, me buscar e se converter dos seus maus caminhos, eu ouvirei dos céus, perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra. Os meus olhos estarão abertos e os meus ouvidos estarão atentos à oração que se fizer *neste lugar* (2Cr 7.12-15 NAA).

A partir destes dois relatos, tanto de Stein como do texto de crônicas, é possível perceber que o templo desde o seu início possuía não somente um significado, mas também, uma importância teológica e social (algo que envolvia a prosperidade da nação de Israel).

Contudo, no decorrer da história de Israel, é notável que diante das crises do povo, especialmente nos períodos próximos ao exílio, e com a própria destruição do templo, foi necessária uma ressignificação teológica. John Bright chama a atenção que nas mais tenebrosas horas que a nação de Israel enfrentava, mais desesperadamente eles se apegavam ao templo (Bright, 2003, p. 399), a partir do significado religioso dele. Contudo, essa esperança enfraqueceu-se com o fato do saqueamento do templo, e com a prisão do legítimo descendente de Davi.

Esse fato levou a alguns profetas como Jeremias e Ezequiel desenvolverem suas profecias afirmando que a nação de Israel estava sofrendo como consequência do castigo de Deus, de tal modo que ele “cancelara sua escolha e já não estava mais em sua casa” (Bright, 2003, p. 405). É mediante isso que Ezequiel descreve a imagem em que a presença de YHWH levanta-se do seu trono, sai do templo, sobrepára sobre ele e parte (Ez 9.3; 10.15-19).

Obviamente, em meio aos próprios ressignificados do templo no período das crises em que o povo de Israel passava, tais ressignificações estavam junto a reconstrução do templo. Assim, embora Israel voltasse a ter um templo, é preciso observar que tal templo é construído não mais por uma ordem direta de Deus, e com os recursos levantados pelo próprio povo, mas sim, com os tesouros reais de uma outra nação (Bright, 2003, p. 432). Assim, as próprias circunstâncias da construção do segundo templo, denotam uma diferença importante, ressaltando a fala de Meier: “A distinção, pois, entre a “antiga religião de Israel” e a “religião judaica” tem sentido sem nenhuma dúvida” (Maier, 2005, p. 39).

Dessa forma, portanto, ao tratar sobre o segundo templo, queremos observar o templo sobre o “judaísmo”, isto é, o templo diante das construções religiosas, mas sobretudo, histórico-sociais e políticas, que envolveram os judeus após o período babilônico. Destarte, chamamos a atenção para uma das principais diferenças que envolvem o segundo templo e embasam a tese deste artigo: Jerusalém foi reconstruída como “Estado-Templo”.

## TEMPLO DIANTE DA PERSPECTIVA DE ESTADO-TEMPLO

Helmut Koester chama a atenção para a reconstrução de Jerusalém como um típico Estado-templo sob o domínio (Koester, 2005, p. 211). Tais tipos de cidade não eram novidade para os persas, já que muitas de suas cidades assim eram construídas. Destarte, o fato de uma Jerusalém como Estado-Templo acarreta implicações e significados importantes para o segundo templo e para o povo de Jerusalém. “A lei desse Estado não era uma lei civil, mas a lei religiosa dada por Deus, e o sumo sacerdote era a autoridade maior” (idem).

Diante dessa reconstrução, o Templo de Jerusalém passa a ter não somente um sentido religioso mesmo que, segundo Theissen, estivesse nele todo o sistema religioso do povo judeu (Theissen, 2009, p. 124). Assim, o templo passa a exercer também uma função de poder sobre o povo. Embora o templo estivesse debaixo de um sistema definido por aqueles a quem a região da Palestina estava sob domínio, é perceptível que o templo exercia uma função de poder, especialmente por aqueles que faziam parte da Aristocracia do templo.

É mediante essa visão de Jerusalém como Estado-Templo, e conseqüentemente o segundo templo possuindo uma função política e de poder, que podemos compreender toda a disputa e crises envolvendo o templo no período após a morte de Alexandre, o Grande, isto é, a disputa da Palestina por Ptolomeus e Selêucidas. Toda a disputa pelo território da Palestina entre os Ptolomeus e Selêucidas envolvia especialmente aqueles a quem eram *sumo sacerdotes* do templo. John Bright chama a atenção para como Jerusalém estava agitada por rivalidades envolvendo especialmente o cargo de sumo sacerdote (Bright, 2003, p. 500).

Ao observar toda a disputa ptolomaica e selêucida, é evidente que o papel do sumo sacerdote, e aquele a quem era nomeado como tal, exerceu forte influência sobre qual grupo dominava a Palestina, especialmente a cidade de Jerusalém. Nomes como Onias III e Jasão demonstram a importância que o cargo de sumo sacerdote e conseqüentemente o templo exercia sobre a forma de governo e vida para os palestinos da época (cf. Koester, 2005, p. 212-217).

A partir de todo esse panorama de disputa de poder entre dois partidos diferentes, é preciso considerar que na construção do judaísmo do segundo templo, portanto, o templo não possui somente um significado religioso, mas ele se forma dentro do *etos* judaico como um símbolo religioso, mas é reconstruído como símbolo de poder. Tal poder é percebido e

usado pela aristocracia do templo, tanto no período Asmoneu, proveniente da revolta dos Macabeus, como também sob o domínio romano, embora neste com um importante diferencial.

## **DESENVOLVIMENTO DO TEMPLO NO PERÍODO ROMANO**

Embora Theissen expresse que na Palestina do tempo de Jesus, e conseqüentemente sob o domínio Romano uma diferença entre religião e estado pudesse ser mais evidenciado, sendo a religião institucionalizada no templo e o estado plenamente ligado ao domínio romano (Theissen, 2008, p. 23), ainda assim é preciso observar que o templo não deixa de possuir um interessante aspecto de poder especialmente pela relação entre império romano e templo.

No período intertestamentário, especialmente na disputa entre ptolomeus e selêucidas, é possível perceber, como visto anteriormente, que na disputa entre esses dois grupos aquele que exercia o papel de sumo sacerdócio tinha um certo poder de definição sobre que grupo dominava a Palestina.

De tal modo, o império Romano sabendo do espírito revolucionário judaico da época, não deixaria de se envolver e exercer influência na escolha do sumo sacerdote. Isso é visto inicialmente com Herodes, o grande, o qual possuía uma estreita relação com a aristocracia do templo, inclusive reformando-o objetivando agradar tal aristocracia; e depois visto com o exercício do prefeito que governava a região da Judeia<sup>1</sup>. Koester chama a atenção para que a escolha do sumo sacerdote na Judeia, sob o período dos prefeitos, era feita por escolha de tal prefeito (Koester, 2005, p. 396).

Esse fato liga o templo ao exercício de poder do império romano. O templo em si, não era somente um aspecto religioso, mas a sua imagem religiosa era utilizada para fundamentação do poder e da aristocracia na época da Palestina. Koester demonstra que "As famílias dentre as quais o sumo sacerdote era escolhido constituíam a aristocracia do país" (Koester, 2005, p. 231). Assim, uma divisão entre poder e religião não pode ser vista na Palestina na época do segundo templo.

Diante disso, é possível perceber que aqueles que estavam associados ao templo, embora não exercessem o poder maior, algo que pertencia ao império romano, estavam in-

---

<sup>1</sup> Para uma boa compreensão da sucessão do reinado de Herodes para a transição dos prefeitos, ver Koester, 2005, p. 391-398.

trinsecamente associados aos que exerciam poder na região, logo, sendo também portadores de tal poder. Isso nos ajuda a percebermos a reconfiguração da imagem do templo não somente como aspecto religioso.

Richard Hosley, chama a observa que "Os reis dependentes e os sumos sacerdotes que governavam a Judeia e a Galileia no tempo de Jesus era assim partes integrantes da ordem romana recém-estabelecida do Oriente Médio" (Horsley, 2004, p. 40). O templo, portanto, está marcado por uma imagem de poder iniciada desde a reconstrução de Jerusalém como Estado-Templo.

Esse fato fica claro ao observar o quadro social da Palestina na época de Jesus. Usaremos o conceito de *Estrato social* para observar a Palestina e como aqueles que estão ligados ao templo exercem uma função de poder, ressignificando a imagem do templo não somente como aspecto religioso. Wolfgang Stegmann define *estrato social* como "todas as pessoas de uma sociedade que, em razão de sua participação em *poder, privilégios e prestígios*, se encontram em posição social semelhante" (Stegemann, 2012, p. 320).

A partir deste conceito, Stegmann faz uma divisão entre estrato superior e estrato inferior. De acordo com ele, o estrato superior se refere ao grupo de pessoas que fazem parte da elite da sociedade, isto é, aqueles que de certa forma, especialmente pelas condições financeiras, exerciam poder na sociedade. Faziam parte do estrato superior três tipos de aristocracia: imperial romana, provincial e a cidadina. Os cidadãos da Palestina que faziam parte dessa elite são os da casa herodiana, o sumo sacerdote e saduceus, membros do sinédrio, e um pouco abaixo, contudo ainda fazendo parte do estrato superior, sacerdotes e mestres da lei (Stegemann, 2012, p. 322).

Richard Hosley exemplifica essa estratificação ao afirmar que "a principal divisão na Palestina na época de Jesus dava-se entre os governantes, romanos, herodianos e sacerdotais, de um lado, e o povo comum, os camponeses e a população de Jerusalém e de outras cidades, de outro" (Horsley, 2004, p. 64). Dessa maneira, é possível perceber que aqueles que estavam ligados ao templo exerciam uma função aristocrática, exatamente por sua ligação com o templo. Gerd Theissen enfatiza que essa perspectiva estava presente na estrutura do povo judeu, de tal modo que diferente das demais cidades greco-romanas baseadas na *polis*, o povo judeu era uma etnia a qual seu topo encontrava-se o sumo sacerdote e o sinédrio (Theissen, 2008, p. 300).

É possível considerar tal fato como um fenômeno, e o observando-o como tal, consideramos que o aspecto religioso se tornou também um aspecto de poder. Assim, observa-se que a ligação com o templo permitiu que aqueles que estivessem envolvidos com ele, sobretudo em cargos de autoridade, exercessem uma função de autoridade e poder sobre a população. Tal fato, é evidenciado a partir da informação de Joachim Jeremias, quando observa que o comandante do templo, além de fiscalizar o culto, tinha também sobre seu comando uma “força policial”, a qual ele poderia utilizar para prender pessoas.

Neste caso, percebemos um quadro em que as elites religiosas judaicas (destacam-se os saduceus), exerciam domínio (mesmo que não o domínio majoritário) sobre o estrato inferior judaico, a partir de sua relação com o templo. Assim, o templo não deve ser entendido somente como um aspecto religioso: lugar de culto, sacrifício e benção de Deus como proposto pelo cronista (2Cr 7), na época do primeiro templo.

O segundo templo, envolto de todas as situações demonstradas anteriormente (desde a reconstrução por parte dos persas, passando pelas revoltas e batalhas sob domínio grego, e chegando ao domínio romano, o qual recebe inclusive melhoria por Herodes), possui um forte aspecto político, sendo assim um lugar de “poder”. Esse aspecto pode ser evidenciado ainda em torno do movimento de Jesus e seus conflitos com o templo. De tal modo, procuraremos analisar a relação de Jesus com o templo, e a reação dos líderes judaicos a atitude de Jesus em relação ao templo.

## **CONTROVÉRSIA DE JESUS ENVOLVENDO O TEMPLO**

Para observar o significado do templo no período de Jesus, utilizaremos como objeto de análise o texto de Mc 11.15-19. Neste texto é apresentado um panorama das atividades do templo, a “purificação” que Jesus faz e a reação dos líderes judaicos ali presentes, é neste último que nos dedicaremos.

Martin Volkman apresenta um panorama das atividades do templo a partir desta passagem. Segundo ele a representação do texto dos que vendiam, compravam e dos cambistas (Mc 11.15) é uma representação social da prática de compra e venda de animais para os sacrifícios, e cobrança da dracma (Volkman, 1990, p. 245,246). Assim, Volkman chama a atenção para como o templo não exercia somente uma função religiosa, mas também comercial. Um segundo ponto observada por ele envolve a função bancária do templo. Segundo ele, os valores recebidos na prática de compra e venda no templo, além de outros



valores e materiais que chegavam a ele baseados na lei, ficavam acumulados em grande quantidade no templo (Volkman, 1990, p. 247).

Observando as afirmações de Volkman, é possível asseverar e fundamentar outras funções do templo além de sua função religiosa. Afirmarmos, diante disso, que tais elementos comerciais e bancários ressaltam o aspecto político do templo, especialmente a partir das atividades de sua aristocracia. A administração de todo esse complexo estava nas mãos dos sumos sacerdotes. Estes representavam um grupo restrito de pessoas — a elite sacerdotal — proveniente de algumas famílias, que ocupavam os principais postos na administração do Templo, ou seja, as chefias sobre o culto, a vigilância e as finanças do Templo” (Volkman, 1990, p. 247).

Um segundo aspecto a ser analisado nesta passagem, é a reação dos líderes judaicos à atitude de Jesus. Somente o texto de Marcos apresenta essa reação,<sup>2</sup> definindo-a como “medo/ temor”. Duas considerações precisam ser levantadas para compreender o temor da elite judaica no contexto da purificação do templo. 1. Considerando a pessoa de Jesus em seu contexto social, é inviável que o temor da elite judaica seja um temor da pessoa em si. É preciso lembrar que Jesus era um camponês, pertencente a baixa estratificação social. Devido sua posição e atividade, os líderes judaicos não tinham motivo para o temer; 2. O texto apresenta o temor relacionado a multidão, assim, observarmos que o medo das elites judaicas estava voltado muito mais para o público que seguia Jesus, do que o próprio Jesus.

Dentro do contexto sociocultural e religioso dos judeus, um temor do povo traz mais sentido a esse temor, do que o medo da pessoa de Jesus em si. Isso ocorre devido ao fato de os judeus terem sido conhecidos por suas revoltas comandadas por líderes “messiânicos”, tal qual era Jesus<sup>3</sup>. Gerd Theissen coloca o movimento de Jesus dentro de uma onda de movimentos de renovação iniciados pela revolta dos Macabeus como uma defesa contra a cultura helenística (Theissen, 2008, p. 143). Herodes, o grande, por exemplo, enfrentou resistências por parte do povo judaico por pelo menos três anos, e até mesmo após sua morte as resistências continuaram (Horsley, 2004, p. 42).

Um exemplo das revoltas judaicas, é vista na personagem de Judas Galileu. Segundo Hosley, ele era filho do chefe dos bandidos, Ezequias, e liderou os camponeses das aldeias

---

<sup>2</sup> Que se cala a respeito da reação dos líderes judaicos diante da atitude de Jesus.

<sup>3</sup> Pensamos Jesus aqui como um candidato messiânico.

próximas num ataque à fortaleza herodiana<sup>4</sup> em Séforis (Horsley, 2004, p. 42). A motivação de tais revoltas, eram os tributos cobrados dos galileus, e, baseado no mandamento de adoração exclusiva a Deus, Judas entendeu ser uma afronta a Deus tais pagamentos (Theissen, 2008, p. 148). Além de Judas Galileu, outro exemplo a ser concedido é Simão, criado de Herodes, que após a sua morte, se considerou realeza, incendiou o palácio real em Jericó, com o apoio de vários outros homens (Horsley; Hanson, 1995, p. 108). Dessa forma, percebemos que a mensagem de um líder, e sua oposição a algo, eram fatores influentes para que os seguidores judeus daquele líder defendessem sua causa.

Dentro deste contexto, é perceptível a motivação que levou os líderes judaicos a temerem o povo e procurar com empenho tirar a vida de Jesus. Tendo o povo judaico um espírito de revolta, e existindo um líder messiânico procurando repensar o templo, aqueles que exerciam poder baseados nesse templo, logicamente, se revoltariam contra tal líder. Destarte, eles precisavam matar Jesus porque ele constituía um perigo a ordem política do templo. O movimento de Jesus poderia desencadear uma nova revolta, e consequentemente, ao ver o líder do movimento atentando contra a sua fonte de poder, os líderes judaicos necessitavam de uma rápida ação.

O movimento de Jesus se encontrava em tensão com a aristocracia do templo, responsável pela acusação de Jesus perante Pilatos. É compreensível a preocupação dela com o novo movimento quando pensamos na atitude crítica ao templo por parte do movimento de Jesus, na purificação do templo, na relativização da importância do templo para reconciliação e juramente e na profecia sobre o templo. Quem tornava relativos templo e lei atentava assim contra os privilégios da aristocracia sacerdotal (Theissen, 2008, p. 305).

Dentro do contexto da controvérsia entre Jesus e o templo, percebe-se que assim como nos períodos históricos anteriores, no tempo do movimento de Jesus, o templo era ainda percebido como uma fonte de poder, a qual o movimento de Jesus se opôs. Os líderes judaicos, especialmente os saduceus, exerciam seu poder pela sua posição no templo; lucravam pela sua posição no templo; possuíam autoridade por sua posição no templo. De tal modo, o templo desde sua reconstrução no período persa não é uma simples imagem religiosa, mas tornou-se uma fonte de poder político e autoritário, a qual era exercida com ênfase por aqueles que o administravam.

---

<sup>4</sup> É preciso ressaltar: a ação de Judas Galileu ocorre após a morte de Herodes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da perspectiva do templo como imagem política e de poder, é possível perceber que tal fenômeno existente na cultura judaica, perpassa o próprio início do cristianismo. Aqueles que estão à frente do templo, possuem assim um lugar superior aos demais. Isso pode ser observado no próprio Novo Testamento em relação a posição dos apóstolos de Jesus em seus papéis na chamada “igreja primitiva”, também, no trabalho exercido por Paulo de fundar igrejas em diversos lugares especialmente da Ásia Menor, e colocar pessoas de “autoridade” em tais lugares<sup>5</sup>. É importante observar também que tal fenômeno vai perpassar a história da igreja e se desenvolver até os dias de hoje, onde, ainda é possível observar que aqueles que estão em posição de autoridades no templo possuem um aspecto de poder.

Tal fato ocorre no cristianismo baseado no etos e tradições herdadas do judaísmo. Gerd Theissen observa que o cristianismo em seu desenvolvimento precisou romper em diversas questões com o judaísmo, e responder perguntas cruciais que existiam no judaísmo e que agora Jesus como homem divino seria base para essas respostas (Theissen, 2009, p. 41-64). Contudo, Theissen ainda observa que o *etos* e *símbolos* judaicos não foram plenamente deixados de lado pelo cristianismo. “O etos cristão primitivo está situado entre o judaísmo e paganismo. [...] Ele se diferencia do etos judaico apenas de forma gradual” (Theissen, 2009, p. 98).

Dessa maneira é possível compreender que a ligação do cristianismo a um etos judaico permite que os cristãos se utilizem de aspectos do judaísmo, os interpretando e reinterpretando a suas próprias maneiras<sup>6</sup>. De tal modo, no ambiente brasileiro é possível perceber as igrejas em uma crescente utilização de aspectos e símbolos do judaísmo. Como observa Marta Topel, é crescente o número de igrejas no Brasil que se tem voltado para o Antigo Testamento e se utilizado de seus símbolos para chegar a seus objetivos (Topel, 2011, p. 37).

Diante deste fenômeno Volkmann produz uma crítica séria a igreja. Segundo a tese de Volkmann (1990, p. 252), a igreja é responsável pela reconstrução do templo tanto inter-

---

<sup>5</sup> Não nos propomos aqui a observar a teologia que envolve a questão dos líderes da igreja. O objetivo é apenas expressar que no NT é possível perceber que aqueles que estão à frente da igreja ou do seu trabalho possuem “naturalmente” uma posição elevada aos demais.

<sup>6</sup> É preciso ressaltar que a problemática percebida não envolve o judaísmo em seu *etos* e *símbolos*. Mas a problemática envolve as interpretações feitas por líderes religiosos desses aspectos para utilização em seus benefícios próprios.

namente como externamente. Para Volkmann, a igreja seria inclusive responsável (olhando para a atividade externa da igreja) pela reconstrução de estruturas de poder dominadoras (Volkman, 1990, p. 252). A partir da tese de Volkmann e das considerações de Topel sobre o crescente número de igrejas baseadas nos aspectos do judaísmo, é possível aprofundar a ideia da reconstrução do templo tendo o como símbolo de poder. Para isso, observaremos especialmente sob uma perspectiva política que pode ser vista no Brasil nos últimos tempos.<sup>7</sup>

O templo não fora reconstruído somente nos aspectos de centralidade religiosa, mas é possível aferir que dentro da cultura judaico cristã brasileira, a imagem do templo é reerguida como símbolo de poder, concedendo assim as bases para uma “aristocracia” daqueles que estão ligados ao templo. Esse aspecto é visível sobretudo na política nos dias de hoje, embora também possa ser percebido anteriormente.

Não é própria dessas eleições, por exemplo, a participação de presidenciáveis em templos e cultos promovidos pelas mais diferentes denominações e igrejas tendo destaque ao pentecostalismo e neopentecostalismo. Roberto Zwetsch e Hans Trein chamam a atenção para o fato que no Brasil, historicamente, encontramos entre os candidatos a cargos políticos a menção do nome de Deus, utilizando inclusive para suas campanhas eleitorais (Zwetsch;Trein, 2020, p. 143).

De tal modo, observamos desde muito cedo os movimentos cristãos presentes na política brasileira. Por exemplo, como explica Sandro Coelho, desde 1945 é possível ver um partido Cristão (PDC) se tornando visível no Brasil com ambições de ampliar sua influência no âmbito nacional (Coelho, 2003, p. 201-202). Para dar um outro exemplo, nas décadas de 70 – 80, como explica Benjamin Cowan, é possível perceber uma ascensão dos evangélicos no Brasil baseados no discurso da crise moral que, segundo eles, o país passava. É dentro desse período, por exemplo, que os evangélicos se preparavam para trazer a existência a bancada evangélica, assumindo um “dever” de estarem envolvidos com a política e as questões morais do país (Cowan, 2014).

A partir destes dois breves exemplos, é possível perceber como as igrejas adentraram no processo político brasileiro, especialmente, percebendo a existência de uma bancada

---

<sup>7</sup> Embora Volkmann, toque no assunto dos parlamentares evangélicos, procuramos observar como isso é possível a partir do símbolo “templo”. Sem tal simbologia e sua imagem permeada pelo “poder”, talvez não existisse uma bancada evangélica no Brasil.

evangélica. Diante disto, é preciso observar que boa parte daqueles que estão envolvidos nesta relação “política-igreja”, exercem um papel de liderança/poder em suas respectivas igrejas, e, conseqüentemente, em seus templos.

É preciso observar ainda, sobretudo, que nos tempos presentes, e no processo eleitoral recente, a participação de homens e mulheres que estão ligados ao contexto religioso, e que usam isso para se promoverem por já terem uma simbologia de autoridade/poder, algo que o seu papel de liderança no templo lhe concede, ficou escancarado. Assim podemos afirmar junto a Gilberto Nascimento (2019) que

no tempo presente, alcançam proporções inéditas a influência ideológica e o poder estritamente político de grandes organizações pentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus de Edir Macedo e Marcelo Crivella, mas igualmente a Assembleia de Deus de Marco Feliciano, de Silas Malafaia e do pastor Everaldo Dias. Ademais, mostra-se de forma patente a sua articulação com as demandas dos oligopólios multinacionais e seus associados locais.

Dessa maneira, percebemos que a cultura política brasileira possui aspectos semelhantes com as ordens de poder da Palestina e sua relação com o segundo templo. Da mesma maneira como aqueles que estavam ligados ao templo não exerciam simplesmente uma função política, em muitos templos em nosso país, seus líderes não possuem apenas um aspecto religioso, mas sobretudo um aspecto de poder, tornando-se influentes e participantes nas decisões políticas e de ordem no Brasil.

Esse aspecto é visível no tempo presente em seus processos e jogadas políticas, tendo como base um presidente que, como observa Zwetsch e Trein, utiliza-se do nome de Deus sem qualquer ressalva (Zwetsch; Trein, 2020, p. 146-148), abrindo espaço para uma atividade clara daqueles que estão ligados aos templos. De tal modo, os holofotes foram lançados sobre a jogada de poder que envolve alguns pastores, igrejas e denominações em nosso país. Estes, portanto, são comparadas as elites religiosas do segundo templo; exercem sua função de poder devido a sua ligação ao templo.

Para dar um exemplo desse aspecto podemos recorrer aos recentes eventos envolvendo o ex-ministro da educação Milton Santos, no escândalo do repasse de verbas do fundo do FNDE. Segundo a fala do próprio ministro, as verbas eram passadas para municípios indicados por dois pastores (G1, 2022). A partir desse evento, podemos perceber como a ima-

gem do líder religioso ligado ao templo, passou a exercer uma função de influência, autoridade e poder.<sup>8</sup>

A partir da ótica do templo, percebemos assim que tais funções de poder são proporcionadas pela própria ligação com o templo. Destarte, a figura do templo possui um aspecto de poder, concedendo aos seus líderes tal função. Da mesma forma como os líderes persas, romanos e palestinos procuraram exercer influência sobre o segundo templo, os políticos brasileiros procuram uma aproximação com os líderes dos templos, concedendo a esses a continuidade do poder visto pelos líderes judaicos do segundo templo.

Por fim, é preciso observar que o problema não se encontra no templo em si ou na própria religião. Percebemos dois problemas que acarretam o templo como aspecto de poder. Primeiramente, aqueles que exercem de fato poder político e se usam da imagem do templo e da religião com o propósito de alcançar apoio de forma fácil. Em segundo lugar, os líderes religiosos que deixam suas funções religiosas no templo, serem usadas com o objetivo de um projeto de poder.

O desafio da sociedade e da igreja brasileira, portanto, envolve aquilo que foi proposto por Jesus em sua controvérsia envolvendo o templo, uma reconstrução da figura do templo: Também os ensinava e dizia: — Não é isso que está escrito: "A minha casa será chamada 'Casa de Oração' para todas as nações"? Mas vocês fizeram dela um covil de salteadores (Marcos 11:17). De tal forma, é preciso perceber e reconstruir a imagem do templo no Brasil como uma imagem de ajuda espiritual, ajuda ao próximo e devoção a Deus, como proposto pelo próprio Jesus.

O caminho para tal reconstrução talvez necessite partir dos próprios líderes, reencontrando o caminho real da laicidade de Estado, e entendendo que o templo é um aspecto religioso e de ajuda espiritual e humanitária, não um projeto de poder a ser usado por gananciosos, sejam eles políticos ou os próprios líderes religiosos.

## REFERÊNCIAS

BRIGHT, John. *História de Israel*. Trad. de Luiz Alexandre Solano Rossi e Eliane Cavaliere Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2003.

---

<sup>8</sup> Outros exemplos poderiam ser citados e analisados, contudo, decidimos conceder apenas este exemplo compreendendo que tal acontecimento concede bases para a discussão e objetivos deste artigo.

COELHO, Sandro A. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 46, 2003, p. 201-228. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gGv5SVwvvsbsHCndFvGNVVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

COWAN, Benjamin A. “Nosso terreno”: crise moral, política evangélica e a formação da “nova direita brasileira”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, jan/abr. 2014, p. 101-125. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGFbCvRs7z46k35rm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

HORSLEY, Richard A. *Jesus e o império: o reino de Deus e a nova desordem mundial*. São Paulo: Paulus, 2004.

HORSLEY, Richard; HANSON, JOHN. *Bandidos, Profetas e Messias: movimentos populares no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1995.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento: 1. história, cultura e religião do período helenístico*. São Paulo: Paulus, 2005 (Volume 1).

MAIER, Johann. *Entre dois Testamentos: História e religião na época do Segundo Templo*. Trad. de Fredericus Stein. São Paulo: Loyola, 2005.

MINISTRO da Educação diz em áudio que, a pedido de Bolsonaro, repassa verba a municípios indicados por pastores. *G1*, 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/03/22/ministro-diz-em-audio-que-a-pedido-de-bolsonaro-repassa-verba-a-municipios-indicados-por-pastores.ghtml>. Acesso em 23 de junho de 2022.

NASCIMENTO, Gilberto. *Escalando montanhas: aspectos políticos e sociais da ascensão da igreja de Edir Macedo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 269-273. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rs/a/3wZWK3btxFk5PfGs8V7Tyss/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 23 de junho de 2022.

PEREIRA, José C. Religião e poder: os símbolos do poder sagrado. In: *CSONline*, n. 3, 2009, p. 80-107. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17055>. Acesso em 06 de julho de 2022.

STEGEMANN, Wolfgang. *Jesus e Seu Tempo*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2012.

STEINS, Georg. Os Livros das Crônicas. In: ZENGER, Erich. *Introdução ao Antigo Testamento*. Trad. de Fuchs Werner. São Paulo: Loyola, 2003. p. 210-222.

THEISSEN, Gerd. *O Movimento de Jesus: História social de uma revolução de valores*. Trad. de Werner Fuchs. São Paulo: Loyola, 2008.

THEISSEN, Gerd. *A Religião dos Primeiros Cristãos: uma teoria do cristianismo primitivo*. São Paulo: Paulinas, 2009.

TOPEL, Marta F. A inusitada incorporação do judaísmo em vertentes cristãs brasileiras: algumas reflexões. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, n. 10, Maio 2011, p. 35-50. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30382/15962>. Acesso em 29 de setembro de 2022.

VOLKMAN, Martin. Jesus “destruiu” o templo: a igreja o reconstruiu? In: *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 30, n. 3, 1990, p. 244-255. Disponível em [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/1043](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1043). Acesso em 04 de maio de 2022.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000.

ZWETSCH, Roberto E.; TREIN, Hans A. Teologia e Política: uso e abuso do nome de Deus. In: *Interações*, Belo Horizonte, v. 15, n. 01, jan./jun. 2020, p. 143-166. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/20937/16852>. Acesso em 07 de julho de 2022.

## **ABSTRACT:**

This paper proposes, from a qualitative method, the observation and description of how the second temple is built under social and religious aspects that allow it to be observed not only as a religious symbol, but also as a symbol of power, granting those who had a connection with it, aristocratic positions. From this perception we understand a relationship of this symbol with the aspects of current Brazilian politics, trying to observe how the figure of the temple, itself, makes it intrinsically linked to Brazilian political processes.

Keywords: Second Temple; Politics; Power; Church.

Recebido em 07/07/2022

Aprovado para publicação em 29/09/2022